

Desafios para um governo de esquerda*

Cláudio Gonçalves Couto¹

Resumo:

A possibilidade da chegada ao governo no âmbito nacional propõe problemas candentes para a esquerda brasileira: como compatibilizar um programa de governo ainda informado pelas condições políticas e econômicas que antecederam o aprofundamento do processo de globalização econômica aos desafios suscitados por essas novas condições? Ademais, como lidar com uma crise programática decorrente do acirramento da contradição entre programas partidários e necessidades de governo, a qual tende a provocar profundos conflitos no seio dos partidos de esquerda que chegam ao governo?

Pretendo aqui discutir — depois inclusive de terem sido colocadas algumas questões que, acredito eu, já estão relacionadas a esse tema — quais seriam os problemas de um governo de esquerda no Brasil hoje. Afinal de contas, para além da questão de uma trajetória para o socialismo, o que temos como problema proposto de imediato no curto prazo é a possibilidade de um governo de esquerda no plano nacional. Além de possíveis governos de esquerda também nos Estados.

E antes de começar a tratar do problema propriamente dito, lembro uma passagem do livro de Paul Singer sobre a sua experiência na Prefeitura de São Paulo (Singer, 1996). Num determinado momento do livro ele diz que o grande dilema que os socialistas enfrentam quando chegam ao governo, na sua condição de anticapitalistas, é que para tornar possível a realização de um bom governo devem, antes de mais nada, promover a acumulação de capital. Acredito que essa frase, essa reflexão a respeito da experiência de um partido socialista no governo, é talvez a melhor ilustração do que significa hegemonia. E, conseqüentemente, de qual é o papel do Estado num sistema capitalista. Ocupar o posto de governo, ou seja, a gerência da máquina do Estado, é algo que não deixa ao seu ocupante muita alternativa que não de fato jogar o jogo segundo as regras que são postas por esse jogo. E as regras são estas: a hegemonia é do sistema capitalista. Ainda que se tenha uma perspectiva de mudança do atual sistema, e daí talvez a própria ocupação de um cargo no governo seja um instrumento, ou pelo menos um momento dessa mudança numa perspectiva de longo prazo, o fato é que enquanto se ocupa esse posto tem-se que governar de acordo com a situação vigente.

* Texto baseado em debate realizado na PUC-SP promovido pelo Neils.

1. Professor do Departamento de Política da PUC/SP.

E acredito eu que a perspectiva que nós teríamos para um eventual governo de esquerda chegando este ano ao poder no país seria a de um governo atuando segundo as regras do capitalismo. O que cabe pensar então é: de que maneira? Porque se as regras determinam os limites do jogo, elas não determinam necessariamente de que maneira os jogadores vão se comportar. E nem quais são todas as possibilidades que esse jogo abre. De qualquer forma, e mesmo vivendo um capitalismo que se encontra neste momento numa situação de profunda crise, a crise que estoura nos países asiáticos e agora não apenas nos “tigres” ou nos “gatinhos”, mas também no “dragão” asiático, quando estoura no Japão, é uma crise que mostra as fragilidades do sistema e as possibilidades de ruptura que ele apresenta, com todas as conseqüências que isto acarreta.

Cabe contudo perguntar se essa seria uma crise capaz de colocar em xeque a própria sobrevivência do sistema capitalista. Provavelmente não. Provavelmente teríamos aí uma crise que, ao invés de ameaçar a sobrevivência do sistema, colocaria a necessidade da criação de novas estruturas que permitissem domá-lo, administrá-lo num novo patamar. A crise de 1929 gerou isto. Ela propiciou, para sua superação e para a superação dos problemas que colocou, a estruturação de novas formas de intervenção do próprio Estado no capital. E do próprio Estado no funcionamento da economia e do mercado. Aquilo que se chamou de “revolução keynesiana”, que gerou profundos efeitos nos países capitalistas — assim como o planejamento gerou também nos países socialistas — durante pelo menos os cinquenta anos da “era de ouro” do capitalismo, como a chama Hobsbawm (1997), significou uma resposta a uma profunda crise do sistema. Talvez não tenhamos tão rapidamente uma resposta a outra possível profunda crise do sistema que se estaria iniciando neste momento.

Ainda assim, acredito eu, há certos elementos presentes no contexto capitalista internacional que não permitem muito retorno. E que não permitem pensar na retomada de uma lógica keynesiana. É necessário atentar para o fato de que em 1929 os mercados eram antes de tudo mercados nacionais. Ainda que interligados — falava-se muito aí da teoria dos “vasos comunicantes”, mas falava-se em “vasos” ainda, que se comunicavam mas continuavam sendo vasos. Mesmo que se falasse em internacionalização do capital, mantinha-se o termo “nacional” junto com o “inter”. Havia nações que se comunicavam, que se inter-relacionavam.

Embora estejamos ainda dentro de um processo, qual é o sentido desse processo? O sentido dele — e já há alguns elementos mais desenvolvidos — é não mais o da existência apenas de mercados nacionais interligados, mas de mercados nacionais diluídos num grande mercado global. Num grande mercado mundializado, se alguém preferir esta outra expressão. Aliás, é bom frisar, o próprio termo “globalização”, pelo sufixo que trás, mostra que se trata de um processo e não de uma situação pronta e acabada. Mas de qualquer maneira ele aponta esse problema: temos mercados que são menos nacionais do que foram no passado e, portanto, não são plenamente controláveis por parte dos Estados. A questão é saber: o que fazem esses Estados em tais condições?

Eles procuram administrar o que lhes é ainda possível controlar no contexto de seus mercados nacionais, no contexto das suas economias nacionais, para poder entrar da melhor maneira possível nesse jogo diferente do capitalismo "fim-de-século", ou capitalismo "virada-de-século". Os governos conservadores tiveram sua fórmula para isso, os governos social-democratas tiveram sua fórmula para isso, e há aí talvez algumas tentativas de encontrar terceiras vias que dêem conta desse problema. O próprio caso do governo Jospin, que foi lembrado por outro de nossos debatedores, é um exemplo disso.

Então a questão que se coloca é saber: o que é que a esquerda brasileira, chegando ao poder, poderá fazer dentro desse contexto? Quais são as respostas que vai poder dar? Se tomarmos como parâmetro inicial as respostas que a esquerda tem colocado dentro das suas propostas de governo, dentro dos projetos que foram apresentados até agora, ou mesmo dentro das críticas que a esquerda brasileira apresenta ao projeto do governo atual, vemos que as críticas retomam ainda uma série de elementos presentes na estratégia nacional-desenvolvimentista e na matriz keynesiana. Ou seja, uma estratégia que tem como elemento de ação governamental a retomada de controle por parte do Estado de seu mercado nacional; que já não existe da maneira como existia antes.

Eu me lembro de uma manchete de jornal saída num domingo, referente a uma fala do candidato a vice na chapa de Lula, Leonel Brizola, que dizia o seguinte: é o capital internacional que vai ter de se adaptar a nós, e não o inverso. Retoricamente é sensacional. O problema é que não é factível. A questão é saber em que medida isso é realmente possível. Ou seja, saber até que ponto os governos nacionais têm condições de se contrapor a um sistema que, em grande medida, sequer tem um centro decisório; contrapor-se a um sistema que se estruturou de uma tal forma que a adaptação, tanto dos governos, como dos mercados nacionais, como ainda dos próprios agentes econômicos que atuam no mercado internacional, ocorre sem um centro fixo de gravidade, sem algum tipo de ator com capacidade de coordenação.

Esse tipo de afirmação mostra que, chegando ao governo, a esquerda vai ter que de alguma maneira modificar alguns dos parâmetros com os quais trabalha hoje. E aí, o problema da chegada da esquerda ao governo se coloca como uma questão politicamente relevante. Isso porque, na medida em que essa mudança vier a ocorrer, provavelmente ter-se-á aí uma crise programática, um conflito programático grave no seio daqueles que chegam ao poder e que, mesmo modulando segundo o tom partidário a sua intervenção na economia nacional, ainda assim não vão poder fugir totalmente ao tom da música que é tocada no plano mundial.

Já tivemos experiências semelhantes, dadas as devidas proporções, nos níveis municipal e estadual, com experiências de governos de esquerda. O que acontece? Assume-se o governo com uma determinada expectativa, mas as tarefas de "ser governo" contrariam muito aquela expectativa e obrigam a uma mudança de rota. Essa mudança de rota, via de regra, contraria

a própria linha programática do partido que chegou ao poder. Diante desse problema cria-se um dilema: seguimos o programa ou governamos no dia-a-dia? Seguimos o programa ou “arrumamos a casa”? E esse dilema geralmente assume a dimensão de um conflito claro entre aqueles que defendem a linha programática anterior, original do partido, e aqueles que defendem a sua mudança.

Se nós tomarmos aí os tipos de conflito que se verificaram por exemplo em São Paulo entre a Luíza Erundina, entre o pólo do governo, o Executivo, e o partido — foi esse tipo de conflito que se registrou. Esse dentre outros, mas esse indubitavelmente estava presente (Couto, 1995). Se considerarmos o conflito de Victor Buaiz em Vitória e depois no governo do Espírito Santo com a direção partidária petista, foi esse mesmo tipo de problema que se verificou — ou seja, o governante não segue o programa do partido, o que é considerado traição. Ao mesmo tempo, e ademais disso, o governante não segue as orientações do partido. Ou seja, a relação de controle do partido sobre o governante, com o governante agindo como um delegado do partido, não se registra. Afinal de contas, o governante explicita — e usa isso como argumento de sua defesa — o fato de que ele é um governante de seu Estado, do seu município ou (podemos ter esse problema no futuro) um governante do país, e não um governante do partido propriamente dito.

Por conta do que então se dá o conflito? Por conta de que as demandas do partido ao governante são contraditórias, ou pelo menos são conflitivas com as demandas da própria posição institucional de governante. A partir daí, ou nós vamos ter um redirecionamento, uma reconfiguração das linhas partidárias e da linha programática dos partidos de esquerda que chegarem ao poder, ou nós vamos ter uma profunda crise de governabilidade.

O dilema que então eu vejo para a chegada da esquerda ao governo hoje é este: como lidar com o fato de que, primeiro, existe um programa que continua se baseando em fatos passados, que não se atualizou à condição presente e, segundo, que a adaptação às novas imposições gera contradições com a linha partidária original, sendo uma fonte de profundos conflitos intrapartidários.

Isso não é uma particularidade da esquerda brasileira, isso é alguma coisa presente nas diversas esquerdas existentes no mundo. Ou elas se prendem a fatos passados, ou elas simplesmente se adaptam às novas condições impostas pela hegemonia ideológica e material que prevalece — uma hegemonia microeconômica. O caso do Blair é talvez o melhor exemplo disto. Devemos lembrar que grande parte das reformas de caráter neoliberal (ou se quisermos usar um termo que alguns autores preferem, “orientadas para o mercado”), elas vêm sendo implementadas em diversos países por governos de esquerda, e não pela direita. O caso do PSOE na Espanha é emblemático; o governo Prodi hoje na Itália. Aliás, o caso italiano é um dos mais espantosos, porque o maior ajuste fiscal, o maior ajuste estrutural da história italiana é feito quando o PCI chega ao poder depois de cinquenta anos na espera. Eu acredito que há várias coisas que determinam

isto, dentre elas um tipo de falta de alternativa ideológica e falta de alternativa programática e teórica, por um lado, e por outro uma situação restritiva no âmbito internacional, que não se verificava há muito tempo. E o descontrole sobre os mercados nacionais é o grande eixo desse problema.

Então acredito eu que talvez a saída que a esquerda nacional encontre hoje para, chegando ao poder, não enfrentar problemas desse tipo é iniciar uma reformulação do seu programa, tentando dar conta dos grandes problemas internacionais, das grandes mudanças pelas quais passa o mercado — e quando eu digo mercado, nem digo mercado internacional, mas esse mercado que se mundializa —, conseguindo encontrar respostas aos novos problemas que não necessariamente repitam aquilo que está presente na trajetória histórica das esquerdas: o nacionalismo econômico e o estatismo. Desse ponto de vista, acredito ser mais complicada a aliança do PT com Brizola e com Arraes pelo que eles foram antes de 64 do que por aquilo que eles continuam sendo hoje, ou seja, muito semelhantes ao que eram antes de 64: nacionalistas e estatistas. Talvez o Brizola mais do que o Arraes.

Ou seja, a defesa do nacionalismo e do estatismo num contexto como este não faz sentido nenhum. A defesa mesmo da presença do Estado de forma incisiva na economia ganha caráter ideológico e carece de respaldo com relação a questões concretas da realidade econômica que o país vive. Então, ou a esquerda reconfigura essa questão ou ela terá de revê-la quando o avião estiver em pleno vôo, reconstruindo-o no céu. E o risco de acidente num caso como este, acredito eu, muito maior do que seria se esse realinhamento, essa reconfiguração, começasse agora.

BIBLIOGRAFIA

COUTO, C. (1995). *O desafio de ser governo: o PT na Prefeitura de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOBSBAWM, E. (1995). *A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras.

SINGER, P. (1996). *Um governo de esquerda para todos: Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo, Brasiliense.